





**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE**

**Processo:** 00174773820198172001

**CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE PEREIRA FERREIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>ª</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

A parte autora alega ter adquirido lesões decorrentes do acidente aludido no ombro esquerdo, todavia, em sede administrativa não foi apurada a presença de qualquer sequela, conforme demonstrado abaixo:

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA		 <small>Administradora de Seguros DPVAX</small>		
<b>DADOS DO SINISTRO</b>				
Número: 3180503180	Cidade: Paulista	Natureza: Invalidez Permanente		
Vítima: JOSE PEREIRA FERREIRA	Data do acidente: 12/07/2018	Seguradora: MAPFRE PREVIDENCIA S.A.		
<b>PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA</b>				
<p>Data da análise: 21/11/2018</p> <p>Valoração do IML: 0</p> <p>Perícia médica: Não</p> <p>Diagnóstico: FRATURA DE CLAVÍCULA ESQUERDA. TRAUMA CORTO CONTUDO EM COTOVELO ESQUERDO.</p> <p>Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CONSERVADOR E ALTA MÉDICA.</p> <p>Sequelas permanentes:</p> <p>Sequelas: Sem sequela</p> <p>Conduta mantida:</p> <p>Quantificação das sequelas:</p> <p>Documentos complementares:</p> <p>Observações: EM TODOS OS DOCUMENTOS MÉDICOS ACOSTADOS NÃO SE EVIDENCIA PRESENÇA DE SEQUELAS PERMANENTES QUE NÃO SEJAM SUSCETÍVEIS DE AMENIZAÇÃO PROPORCIONADA POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA.</p>				
<b>DANOS</b>				
<b>DANOS CORPORAIS COMPROVADOS</b>	<b>Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)</b>	<b>Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)</b>	<b>% Apurado</b>	<b>Indenização pelo dano</b>
		<b>Total</b>	<b>0 %</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>ESPECIALISTA</b>				
<p>Empresa: Líder- Serviços AMD</p> <p>Grupo: EQ1</p> <p>Nome: MARCELO DE TOLEDO FERNANDES TERRIGNO</p> <p>CRM: 5255920-8</p> <p>UF do CRM: RJ</p> <p>Assinatura:</p> 				

Após o deferimento de exame pericial médico, o ilustre expert apurou a presença de lesão no ombro esquerdo em grau médio (50%).

Assim a ré impugna o ilustre laudo quanto à presença de sequelas no ombro esquerdo, tendo em vista que, anteriormente, em sede administrativa, foi apurada a ausência de sequelas no segmento.

Ademais, conforme demonstrado pela própria ré, nos documentos de atendimento médico resta comprovada a ausência de sequelas tendo em vista que o autor sofreu uma suposta **luxação sem deformidade** no momento do acidente:

**24 HORAS - IGARASSU**

Protocolo de Classificação de Risco - Protocolo

PROTOCOLO CLASSIFICAÇÃO REDE IMH

hora retirada da senha: 12/07/2018 10:54

Nome Paciente: JOSE PEREIRA FERREIRA

Cód. Paciente:

Data de Nascimento: 01/05/1966

Sexo: Masculino

Idade: 52

Senha: 0076

Convênio:

Atendimento:

SAME:

12/07/2018 10:58 - 12/07/2018 11:00

TORRES RAFAEL - COREN: 5388 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - Classificação

Estado: URGÊNCIA - AMARELO

AMARELO

Queixa Principal: AFIRMA QUEDA DE MOTO COM IMPACTO EM MSEMIE  
RELATA NÃO SENTIR NADA EM DORSO OU TRONCO

Observação: ACIDENTE DE MOTO.  
TOMA REMEDIO CONTROLADO.

Diagrama sintoma: TRAUMA

Suspeita de fratura ou luxação sem deformidade

Ortopedia/Traumatologia

Vitais: - ESCALA DE GLASGOW: 15  
- RÉGUA DE DOR: 5  
- P.A. DISTOLICA: 88.00 MMHG  
- P.A. SISTOLICA: 148.00 MMHG

Desta forma, os documentos médicos apresentados nos autos comprovam a AUSÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE do autor.

Ora, Exa., não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agregar lesão à parte autora, haja vista que, conforme avaliado administrativamente, o ombro esquerdo não possuía sequelas permanentes.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de invalidez permanente, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 14 de janeiro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
OAB/PE 4246

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
30225 - OAB/PE